

**ATA DA 372ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP,
REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2011.**

1
2
3
4 Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, os membros do
5 Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala de reuniões
6 do Edifício Sede, do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF. Estiveram
7 presentes o Presidente, Dr. Geder Luiz Rocha Gomes, 1º Vice-Presidente, Herbert José
8 de Almeida Carneiro, 2ª Vice-Presidente, Valdirene Daufemback e os Conselheiros
9 Airton Aloísio Michels, Christine Kampmann Bittencourt, Fernando Braga Viggiano,
10 Gisela Maria Bester, Luiz Guilherme Mendes Paiva, bem como os seguintes
11 participantes externos: Rodrigo Duque Estrada Roig Soares, Luiz Fabrício Vieira Neto –
12 DEPEN/MJ; Augusto Rossini – DEPEN/MJ; Alexandre Cabana - DISPP/DEPEN; Felipe
13 Tauanes e Bruno Bonasser - Defensoria Pública - PA; Maria Tereza Uille Gomes –
14 Secretária de Justiça do Estado do Paraná - PR; José Richa Filho, da Secretaria de
15 Estado de Transportes – PR; Fabio do Vale Haber e José Adaumir Arruda da Silva –
16 Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária – PR. Justificaram ausência os
17 Conselheiros Adeildo Nunes, Alvino Augusto de Sá, Carlos Eduardo Adriano Japiassu,
18 Erivaldo Ribeiro dos Santos, José Laurindo de Souza Neto e Renato Flávio Marcão. O
19 Presidente do Conselho deu início à reunião com as Comunicações e Proposições,
20 iniciando pelo Conselheiro Luis Guilherme, que comunicou a respeito da aprovação, no
21 Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 4.208, que já foi levado à sanção da
22 Presidenta da República, e por enquanto a tendência aqui já expressa pelo Secretário
23 de Assuntos Legislativos e também no Planalto é de sanção total, sendo sobre as
24 Medidas Cautelares, regulamentando o monitoramento eletrônico para prisão cautelar, e
25 criando uma série de medidas alternativas de prisão provisória, como forma de acautelar
26 o processo, não dando possibilidade de prisão cautelar sem motivo expressamente
27 cautelar, para casos cuja pena vai ser alternativa à prisão, pois a idéia era fazer com
28 que o juiz tivesse que apreciar o flagrante e decidir por uma provisória ou pelo
29 relaxamento do flagrante; comunicou também que foi procurado pelo Ministério das
30 Relações Exteriores, a respeito do Terceiro Seminário Penitenciário Latino Americano,
31 que será realizado no México, para qual o Ministro da Justiça foi convidado, mas o Brasil
32 não vai mandar nenhum representante, por conta do corte de gastos neste ano, porém a
33 Embaixada do México vai mandar representante, então foi solicitado se o Conselho tem
34 algum aporte para fornecer à Embaixada, possibilitando assim uma participação
35 substantiva. Em seguida a Conselheira Gisela comunicou sobre o relatório da Audiência

36 Pública que o CNPCP realizou no dia onze de abril, no Estado do Tocantins, dizendo
37 que já está pronto e que já foi enviado aos cinco Conselheiros que lá estiveram
38 presentes. Tal documento foi redigido pelos Conselheiros Gisela e Luis Guilherme, e
39 será enviado ainda hoje ao Senhor Ministro e aos Doutores Rossini e Cabana, que em
40 breve estariam indo ao Estado do Tocantins; informou que o relatório contém
41 informações bem atualizadas sobre os problemas que lá existem, bem como o rol de
42 compromissos assumidos pelo Secretário de Estado, Sr. João Costa, perante o CNPCP,
43 visando a sanar as graves falhas lá detectadas neste ano pelo Conselho, ressaltando
44 ainda a ótima repercussão que teve a Audiência Pública, tanto na imprensa escrita
45 quanto na televisiva, sendo que o caso de maior repercussão foi o desmembramento
46 das Secretarias de Segurança Pública e de Justiça e Cidadania, anunciado oficialmente
47 pela Secretaria Estadual de Comunicação, que era um tema da pauta deste Conselho
48 na referida AP, sendo que os Conselheiros haviam feito esta demanda, partindo dos
49 jargões de que quem prende não reeducada e não ressocializa, por isso mesmo
50 devendo o sistema penitenciário sair da área da Segurança Pública. Então esta
51 separação das áreas deu-se por uma influência direta da presença do CNPCP naquele
52 Estado, que foi uma presença indutora do diálogo, de uma reflexão mais crítica sobre a
53 situação daquele sistema penitenciário. Em seguida a conselheira Christine informou
54 que na última sexta-feira, às vinte horas, fez uma visita na Penitenciária de sua cidade,
55 tida como modelo, porque tinha denúncia que os Agentes Penitenciários estavam
56 jogando fora a sopa dos presos e comendo seus alimentos, trazidos por parentes, e
57 também jogando no lixo os bonés dos presos, enquanto que os Agentes Penitenciários
58 usam bonés, dizendo ser lamentável a forma como os Agentes Penitenciários têm
59 atuado, pois todos estes fatos foram constatados nesta visita, e propôs que se deva
60 olhar com mais afinco o que cada Estado irá fazer com os seus Agentes Penitenciários.
61 Após o Conselheiro Herbert comunicou sobre a formação de um grupo de trabalho para
62 a realização de mutirões, elaboração de estudos e apresentação de propostas quanto
63 ao Acompanhamento das Medidas de Segurança pelo Conselho Nacional de Justiça, e
64 fez menção à Portaria de número Vinte e Seis, assinada pelo Ministro Cezar Peluso,
65 fazendo nomeação do Conselheiro Herbert e também da Dra. Fernanda Otoni, como
66 representantes desta Política em Minas Gerais, Estado que faz adoção da política do
67 PAIPJ, como programa norte para condução de tal política, sendo que a primeira Capital
68 onde será aplicada essa política é Salvador; encerrou sua fala apresentando a
69 preocupação com relação ao Estado de São Paulo, solicitando que se fizesse uma
70 inspeção de incursão no Estado, até com mais Conselheiros integrando a visita. Em

71 seguida o Dr. Rossini comunicou que ao receber do Conselheiro Marcão o projeto sobre
72 as Medidas Cautelares, repassou-o ao Dr. Marivaldo para que ele, na condição de
73 Secretário de Assuntos Legislativos, tomasse as providências cabíveis, ressaltando as
74 oportunidades que este projeto traz aos presos provisórios, e expôs o caso do Estado
75 do Maranhão, que classificou como sendo assustador, eis que há presos com mais de
76 três anos sem comparecer a juízo, e indicou para inspeções todos os CDP's do Estado
77 de São Paulo, por merecerem um olhar mais criterioso, e comunicou ainda que foi
78 criado o Conselho Interno do DEPEN, e que dois presídios foram inaugurados
79 recentemente, um em Tremembé e outro no Maranhão. Após, a Conselheira Valdirene
80 iniciou a apresentação do documento Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária
81 para o novo Governo, e informou que a sequência dos itens não representa
82 necessariamente o que fazer primeiro, dizendo que na Medida de Número Um já foram
83 feitas alterações; referente às medidas de Número Dois, Três e Quatro, o Presidente do
84 CNPCP e o Conselheiro Herbert propuseram alterações; na Medida de Número Cinco, o
85 Presidente do Conselho e o Dr. Rossini propuseram alterações; referente à Medida de
86 Número Seis, o Presidente do Conselho, o Conselheiro Herbert e o Dr. Rossini
87 propuseram alterações. Em seguida o Dr. Cabana informou que em dezembro de dois
88 mil e dez o INFOPEN sinalizou cinquenta mil e quinhentas pessoas presas na
89 Segurança Pública, pessoas custodiadas em Delegacias de Polícia, sendo que grande
90 parte delas já está condenada e deveria cumprir suas penas em penitenciárias. Logos
91 após a Conselheira Valdirene, dando continuidade ao Plano Nacional de Política
92 Criminal e Penitenciária para o novo Governo, colocou em discussão a Medida de
93 Número Sete, em que o Presidente do Conselho e o Conselheiro Fernando propuseram
94 alterações; referente à Medida de Número Oito, o Presidente do Conselho, a
95 Conselheira Christine e o Dr. Rossini propuseram alterações; referente à Medida de
96 Número Nove o Presidente do Conselho, o Dr. Rossini, os Conselheiros Luiz Guilherme
97 e Herbert, propuseram alterações; referente à Medida de Número Dez o Presidente do
98 Conselho propôs alterações. Em seguida passou-se a palavra à Dra. Maria Tereza, que
99 na condição de Secretária de Justiça do Estado do Paraná, também membro do
100 Ministério Público, comunicou que em decorrência da inspeção feita por este Conselho
101 Nacional de Política Criminal e Penitenciária ao Estado do Paraná, algumas questões
102 foram identificadas, sendo que uma delas é a da Cadeia Pública de Foz do Iguaçu,
103 sobre a qual foi feito um relato acerca da precariedade da sua situação, dizendo que,
104 em resposta, já estão prontos os projetos hidráulicos e elétricos, e que dentro de dois ou
105 três meses a Cadeia Pública já estará construída e será transformada em regime

106 semiaberto; sobre a questão de o Paraná ser um dos poucos Estados que não
107 possuem Defensoria Pública, comunicou que o Governador já enviou o projeto à
108 Assembléia Legislativa, contemplando duzentos e dezessete cargos de Defensores
109 Públicos e cento e cinquenta cargos de Assessores Jurídicos Comissionados, com
110 perspectiva de que se abra o concurso este ano, com contratação imediata para o
111 próximo ano. Retomou a palavra a Conselheira Valdirene, colocando em discussão a
112 Medida de Número Onze, em que propuseram alterações o Presidente, os Conselheiros
113 Luiz Guilherme e Airton Michels, e o Dr. Cabana; referente à Medida de Número Doze, o
114 Presidente do Conselho e a Conselheira Christine propuseram alterações; referente à
115 Medida de Número Treze, o Presidente, os Conselheiros Fernando e Airton Michels, e o
116 Dr. Rossini propuseram alterações; referente à Medida de Número Quatorze o
117 Presidente propôs alterações. Em seguida a Conselheira Valdirene comunicou que para
118 a construção deste documento foram usadas Resoluções e discussões do CNPCP,
119 manifestações da CONAPA e da Comissão dos Conselhos da Comunidade. Em seguida
120 o Presidente parabenizou a atuação da Conselheira e fez um voto de louvor em menção
121 ao seu trabalho de sistematização deste documento, e informou que este Plano de
122 Política Criminal e Penitenciária para o Novo Governo foi dado por aprovado.
123 Imediatamente após, o Dr. Geder colocou em discussão um projeto de Resolução
124 formulado pelo Conselho com a colaboração do Dr. Cabana, em que o próprio Ministro
125 fez uma ponderação, para sermos sensíveis, uma vez que se trata de uma questão
126 excepcional, qual seja, o aumento, em caráter realmente excepcional e precário, do
127 número de vagas por celas coletivas, de seis para oito, especificamente nos casos de
128 projetos a serem recepcionados pelo DEPEN, objetivando à construção de Cadeias
129 Públicas, desde que sejam levados em consideração os parâmetros e as proporções
130 construtivas pactuadas nas Regras de Elaboração de Projetos Específicos do Anexo IV,
131 Item 3, da Resolução Nº 3, de vinte e três de setembro de dois mil e cinco. Ressaltou o
132 Presidente que esta refixação de vagas perdurará até que o Sistema Nacional de
133 Informações Penitenciárias do DEPEN comprove a extinção de contingente de presos
134 em Delegacias de Polícia por período superior ao necessário à conclusão dos
135 procedimentos investigatórios policiais, tendo como prazo limite quatro anos a contar da
136 publicação da Resolução do CNPCP, que será a de Nº 2/2011. Após as alterações
137 propostas pelo Conselho, esta Resolução foi aprovada por unanimidade, e será
138 encaminhada a cada um dos Conselheiros, e também ao DEPEN. Em seguida passou-
139 se a palavra ao Dr. Cabana, que iniciou sua fala informando os dados do INFONPEN
140 sobre geração de vagas em presídios, demonstrando que os Estados têm capacidade

141 de construir suas vagas, e que, com a transferência Fundo a Fundo, se estaria
142 investindo mais energia para lograr êxito em gerar vagas, uma vez que está provado
143 nos números que o DEPEN conseguiu lograr êxito menor que os Estados, portanto, se o
144 dinheiro fosse colocado a todos os Estados por transferência Fundo a Fundo, hoje
145 teríamos mais vagas criadas, sendo que o grande desafio é de se criar um instrumento
146 vinculante, para que os Governadores assumam o compromisso de receber o dinheiro e
147 gerar as vagas, pois o DEPEN não pode abrir mão de sua função, que é de observar se
148 o projeto que está sendo enviado está obedecendo às diretrizes do CNPCP, e
149 tecnicamente não há nenhum óbice para isto começar a ser feito imediatamente; o
150 DEPEN só precisa do apoio político do Conselho para esta ação começar. Ainda sobre
151 este assunto o Presidente do Conselho informou que a idéia inicial na conversa com o
152 Diretor do DEPEN e com o Diretor de Políticas Penitenciárias era de estabelecer uma
153 conexão deste tema de maneira formal entre o DEPEN e o CNPCP, em que alguns
154 consensos já foram estabelecidos, sendo o primeiro deles a idéia de que se pode
155 viabilizar um modelo diferenciado de repasse, surgindo aí o Fundo a Fundo; outro
156 consenso é a necessidade de talvez redefinir o dinheiro do Jovem Adulto, e propôs que
157 pode ser feita uma Resolução pelo Conselho recomendando ao DEPEN, por exemplo,
158 que o repasse de recurso seja feito no modelo Fundo a Fundo; tal Resolução poderia
159 ser construída com a colaboração do Conselheiro Airton Michels, que foi Diretor do
160 DEPEN, e, portanto, conhece os dois lados da questão, mais o Conselheiro Herbert e o
161 Presidente do Conselho; a idéia é que se tenha um esboço dela até a próxima reunião,
162 que será realizada em São Paulo, para ser distribuído aos demais Conselheiros para
163 discussão e deliberação. O Presidente encerrou os trabalhos e agradeceu a presença
164 de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Roberto Dias de
165 Sousa e revisada pela Conselheira Gisela Bester.

166

167

Geder Luiz Rocha Gomes

168

Presidente do CNPCP

169

Publicado no DOU, de 19/01/2012, pagina 25 – Seção 1 - ISSN 1677-7042 25 – nº 14.

170